

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Junho 2021	Dezembro 2020
Circulante		88.742.279	90.754.796
Caixa e equivalentes de caixa	5	29.446.305	58.171.207
Disponibilidades		60.240	36.185
Aplicações interfinanceiras de liquidez		29.386.065	58.135.022
Instrumentos financeiros		55.923.884	31.098.028
Títulos e valores mobiliários	6	33.697.128	23.538.598
Instrumentos financeiros derivativos	7	6.327.483	1.654.789
Operações de crédito	8	1.913.148	1.333.992
Carteira de câmbio	9	13.986.125	4.570.649
Provisões para perdas esperadas	8	(3.931)	(9.321)
Operações de crédito		(2.458)	(3.464)
Outros créditos		(1.473)	(5.857)
Ativos fiscais correntes	11a	12.062	2.173
Outros ativos	10	3.363.959	1.492.709
Não Circulante		7.403.874	7.020.249
Realizável a longo prazo		7.321.089	6.930.232
Instrumentos financeiros		5.911.514	5.489.172
Instrumentos financeiros derivativos	7	4.453.148	3.962.170
Operações de crédito	8	853.648	1.051.350
Carteira de câmbio	9	604.718	475.652
Provisões para perdas esperadas	8	(153.786)	(158.916)
Operações de crédito		(141.998)	(147.199)
Outros créditos		(11.788)	(11.717)
Ativos fiscais correntes	11a	7.096	9.900
Ativos fiscais diferidos	11b	740.893	775.323
Outros ativos	10	815.372	815.353
Investimentos		6.223	4.622
Outros investimentos		6.593	4.992
(-) Provisão para perdas		(370)	(370)
Imobilizado		74.062	82.895
Imóveis e outras imobilizações de uso	12	174.149	179.169
(-) Depreciações acumuladas		(100.087)	(96.274)
Intangível	13	2.500	2.500
Outros ativos intangíveis		2.500	2.500
Total do ativo		96.146.153	97.775.045

Passivo	Nota	Junho 2021	Dezembro 2020
Circulante		75.818.656	78.187.907
Depósitos e demais instrumentos financeiros		65.173.352	67.410.174
Depósitos	14a	9.194.177	7.476.985
Captações no mercado aberto	14b	6.476.527	5.264.526
Instrumentos financeiros derivativos	7	6.456.485	3.078.622
Obrigações por empréstimos no exterior	15	29.674.493	48.011.214
Carteira de câmbio	9	13.371.670	3.578.827
Obrigações fiscais correntes	11a	201.151	337.433
Outros passivos	10	10.444.153	10.440.300
Não Circulante		13.907.851	13.636.317
Depósitos e demais instrumentos financeiros		12.775.754	12.574.717
Depósitos	14a	4.898.114	4.559.739
Captações no mercado aberto	14b	220.485	225.044
Instrumentos financeiros derivativos	7	7.657.155	7.789.934
Obrigações fiscais diferidas	11b	324.797	241.267
Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	16	611.959	608.395
Outros passivos	10	195.341	211.939
Resultados de exercícios futuros		1.760	1.902

Patrimônio líquido	17	6.417.886	5.948.918
Capital social		2.874.731	2.810.981
Aumento de capital		625.269	63.750
Reservas de capital		49.597	47.996
Reservas de lucros		1.997.559	2.599.603
Lucros acumulados		441.656	-
Outros resultados abrangentes		(1.987)	(2.736)
Ações em tesouraria		(4.940)	(4.940)
Participação de não controladores		436.001	434.264

Total do passivo e patrimônio líquido **96.146.153** **97.775.045**

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO – SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Jan-Jun/ 2021	Jan-Jun/ 2020
Receitas da intermediação financeira		1.475.680	7.899.857
Operações de crédito		61.982	61.177
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		910.570	1.082.854
Resultado de operações de câmbio		188.684	1.587.356
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		310.195	8.479.857
Reversão/(Provisão) para perdas esperadas	7f 8e	4.312	(145.679)
Despesas da intermediação financeira		(671.050)	(7.461.031)
Operações de captações no mercado		(264.985)	(275.778)
Operações de empréstimos e repasses		(406.065)	(7.185.253)
Resultado bruto da intermediação financeira		804.630	438.826
Outras receitas (despesas) operacionais		55.527	(279.815)
Receitas de prestação de serviços	20c	742.649	398.283
Despesas de pessoal		(346.351)	(410.279)
Despesas com a diretoria		(59.898)	(39.988)
Outras despesas administrativas	20d	(170.284)	(132.564)
Despesas tributárias		(108.934)	(115.076)
Outras despesas com provisões	20e	(7.188)	(6.913)
Outros resultados operacionais	20f	5.533	26.722
Resultado operacional		860.157	159.011
Resultado não operacional		(93)	(2)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		860.064	159.009
Imposto de renda e contribuição social	11	(382.051)	(70.420)
Provisão para imposto de renda		(154.686)	(203.154)
Provisão para contribuição social		(109.657)	(121.016)
Ativo/(Passivo) fiscal diferido		(117.708)	253.750
Participações no lucro	20g	(11.395)	(11.605)
Lucro líquido do período		466.618	76.984
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	2c	464.881	70.267
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	2c	1.737	6.717

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

Atividades operacionais	Nota	Jan-Jun/ 2021	Jan-Jun/ 2020
Lucro líquido ajustado		592.541	(23.930)
Lucro líquido do período		466.618	76.984
Ajuste ao lucro líquido:		125.923	(100.914)
Constituição/(reversão) de provisões para perdas esperadas	8e	(4.312)	145.679
Depreciações e amortizações		9.738	8.315
Provisões para contingências	20e	7.188	6.258
Atualização de depósitos judiciais		(4.492)	(7.418)
(Constituição)/reversão de ativo fiscal diferido	11b	117.708	(253.750)
Prejuízo na alienação de imobilizado		93	2
Variação de ativos e obrigações operacionais		(10.979.724)	(7.424.927)
Aumento em instrumentos financeiros (ativos/passivos)		(9.028.863)	(6.544.975)
Aumento em outros ativos/passivos		(1.631.948)	(631.800)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(401.121)	(302.069)
Redução em resultados de exercícios futuros		(142)	(14)
Juros recebidos		82.350	53.931
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(10.387.183)	(7.448.857)
Atividades de investimento			
Imobilizado de uso (aquisições e vendas)		(998)	(4.244)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(998)	(4.244)
Atividades de financiamento			
(Redução)/aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(18.336.721)	16.960.239
Caixa líquido (utilizado)/ proveniente das atividades de financiamento		(18.336.721)	16.960.239
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(28.724.902)	9.507.138
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	58.171.207	31.269.824
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	29.446.305	40.776.962
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(28.724.902)	9.507.138

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial ("Conglomerado") têm por objetivo atender aos requisitos do Banco Central do Brasil ("BACEN") divulgados através da Resolução nº 4.280.

O Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco" ou "Instituição") é a instituição líder do Conglomerado perante o BACEN, constituído na forma de sociedade por ações e localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. O Banco está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. As operações das entidades do Conglomerado são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis consolidadas do JP Morgan Chase – Conglomerado Prudencial foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 24 de agosto de 2021.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis
(a) Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280 e Circular nº 3.701 do BACEN, bem como a Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN que estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, vigentes a partir de janeiro de 2021. As definições e os critérios de avaliação e reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas são aqueles previstos na regulamentação consubstanciada no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

(c) Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido - Para fins de classificação de patrimônio líquido, o saldo da JPMorgan Chase Bank, National Association é classificado como participação de não controladores na demonstração da mutação do patrimônio líquido.

	Banco J.P. Morgan S.A.	JPMorgan Chase Bank, National Association	Eliminação	Total	Reclassificação	Conglomerado Prudencial
Patrimônio líquido	6.018.813	436.001	(36.928)	6.417.886	-	6.417.886
Capital social	2.874.731	258.218	-	3.132.949	(258.218)	2.874.731
Aumento de capital	625.269	-	-	625.269	-	625.269
Reservas de capital	49.597	18.617	-	68.214	(18.617)	49.597
Reservas de lucros	2.034.863	157.516	(37.304)	2.155.075	(157.516)	1.997.559
Lucros acumulados	441.280	1.650	376	443.306	(1.650)	441.656
Outros resultados abrangentes	(1.987)	-	-	(1.987)	-	(1.987)
Ações em tesouraria	(4.940)	-	-	(4.940)	-	(4.940)
Participação de não controladores	-	-	-	-	436.001	436.001
Lucro líquido do semestre	464.505	-	376	466.618	-	466.618

3. Principais práticas contábeis
(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.
(b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e na categoria "Títulos disponíveis para venda", relativa a títulos que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações a termo, operações com opções, operações de futuros, operações de swaps e outros derivativos, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período.

Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros públicos são utilizados os seguintes critérios:

- Títulos públicos federais, títulos privados, swaps, termos e outros derivativos: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA.
- Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).
- Opções: modelo de precificação *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável.
- Futuros: cotações e taxas publicadas pela B3.
- Para os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apuração previstos pela Resolução nº 4.277, do CMN. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apuração adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.
- CVA (*Credit Valuation Adjustment*): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Conglomerado para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.
- Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O JP Morgan Chase – Conglomerado Prudencial elabora suas demonstrações contábeis consolidadas e as disponibiliza em seu site (<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>).

(b) Consolidação - As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado abrangem a consolidação das entidades localizadas no país ou exterior sobre as quais detenha controle direto ou indireto ou operacional efetivo, conforme determinado pela Resolução nº 4.280 do CMN.

O Conglomerado é composto pelas empresas do Conglomerado Financeiro: Banco J.P. Morgan S.A., J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., ambas controladas pelo Banco, o JPMorgan Chase Bank, National Association e o Atacama Multimercado – Fundo de Investimento ("Atacama") no qual o Banco é cotista exclusivo. Cabe destacar que a JPMorgan Chase Bank, National Association não é investida direta ou indireta do Banco. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Para efeito de consolidação os títulos e aplicações pertencentes à carteira do fundo Atacama estão classificados por tipo de operação e foram distribuídos por tipo de papel, nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Julgado suficiente para cobrir possíveis perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos das Resoluções nº 2.682 e nº 4.512 do CMN.

(d) Investimentos, imobilizado e ativo intangível - São demonstrados ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual e é realizada no segundo semestre.
- O intangível está representado pelos direitos adquiridos destinados à manutenção do Conglomerado ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 4.534 do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para o Conglomerado. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente, no segundo semestre, para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). São realizados testes na linha de Outros Ativos Intangíveis, seguindo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01).

(e) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

(f) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN.

(i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível, trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remoto, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

(ii) Obrigações legais – os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(g) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20% para as instituições financeiras bancárias e à alíquota de 15% para as demais instituições financeiras.

Para o período de julho a dezembro de 2021, a CSLL corrente será calculada à alíquota de 25% para as instituições financeiras bancárias e à alíquota de 20% para as demais instituições financeiras, conforme Lei nº 14.183.

Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2021:

(i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre prejuízo fiscal e ajustes temporários a serem realizados;

(ii) para as instituições financeiras bancárias, o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização das alíquotas de 20% ou de 25%, e para as demais instituições financeiras de 15% ou de 20%, sobre ajustes temporários dependendo da expectativa do período de realização desses ajustes.

(h) Caixa e equivalentes de caixa
Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez e prazo original de vencimento em até 3 meses.

(i) Unidade de ações restritas
Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do receb

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) **Risco de crédito** - É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte.

As principais atribuições da área de crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*), aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes, monitoramento e gerenciamento da respectiva utilização dos limites, e implementação de ações de adequação dos riscos frente a potencial deterioração do crédito. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos.

(e) **Gerenciamento de capital** - É definido em atendimento à Resolução nº 4.557 do CMN como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, assegurando nível adequado de capitalização em conformidade com as diretrizes e limites regulatórios, e permitindo prospectivamente ao Conglomerado implementar suas estratégias de negócios. Tais objetivos estão descritos na Política de Gerenciamento de Capital, que também define a governança a ser seguida no gerenciamento e os procedimentos a serem realizados no monitoramento e elaboração dos relatórios regulatórios relacionados ao gerenciamento de capital. A Diretoria aprova a Política de Gerenciamento de Capital, o Plano de Contingência, o Plano de Capital e o parâmetro de Apetite a Risco pelo menos uma vez ao ano. O processo de gestão de capital é revisado pela Auditoria Interna periodicamente. O Conglomerado está classificado como Segmento 3 conforme Resolução nº 4.553 do CMN e durante o período não houve qualquer descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor. Seguem abaixo os números:

	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Patrimônio de referência (PR) (Nível 1)	6.361.036	5.833.266
Risco de crédito	14.798.120	14.464.562
Risco de mercado	27.699.670	19.891.842
Risco operacional	3.741.478	3.388.281
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	46.239.268	37.744.685
Índice de Basileia (IB)	13,76%	15,45%
PR mínimo exigido para RWA	3.699.141	3.019.575
Adicional de capital principal	751.388	471.808
Risco da carteira <i>banking</i>	88.631	587.242
Total de capital requerido	4.539.160	4.078.625
Margem sobre o capital requerido	1.821.876	1.754.641

A principal alteração regulatória incorrida no período foi: (i) alteração no Adicional de Capital Principal de Conservação de 1,25% para 1,625% em função da COVID-19. Para outras informações consulte o Relatório de Gerenciamento de Risco e Capital (Pilar III) no site <https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>.

(f) **Análise de Sensibilidade** - De acordo com a Resolução nº 2 do BACEN apresentamos a seguir a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, onde se concentram os riscos relevantes das instituições do Conglomerado.

A análise de sensibilidade é realizada na visão do Conglomerado JP Morgan e executada no escopo da Gerência de Risco de Mercado, que é responsável por monitorar e reportar diariamente as utilizações de limites, revisar a política pelo menos anualmente, garantir que a infraestrutura dos sistemas de risco de mercado seja adequada, informar diariamente as posições de risco para a alta administração, incluindo os supervisores das Unidades de Negócios, *Traders* e Diretor Estatutário de Riscos das Entidades (*Chief Risk Officer, CRO*).

O gerenciamento, monitoramento e controle de risco de mercado é feito diariamente através de três tipos de medidas: estatísticas, não estatísticas e simulações de estresse.

a) Medidas estatísticas são representadas pelo *Value at Risk (VaR)*:

nas taxas de juros; - *Delta*: sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente; - *Gamma*: sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente; - *Vega*: sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita; - *Rho*: equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à taxa de juros.

b) As medidas não estatísticas são utilizadas com o intuito de limitar o tamanho absoluto das posições em aberto. As principais medidas não estatísticas são:

- Valor de mercado - *Basis Point Value (BPVs)*: Variação do valor de mercado decorrente de um aumento de um ponto-base (+0,01%) nas taxas de juros; - *Delta*: sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente; - *Gamma*: sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente; - *Vega*: sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita; - *Rho*: equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à taxa de juros.

c) Teste de estresse, que também é uma medida não estatística, visa capturar eventos de mercado atípicos, porém plausíveis e medir as perdas e ganhos potenciais.

Os cenários buscam definir e antecipar eventos futuros em vez de replicar crises passadas. Projetados de forma que cada cenário seja impulsionado por um grande movimento em pelo menos uma classe de ativos (epicentro econômico) e contágio nas classes remanescentes (i.e., câmbio, taxas de juros, preços de ações e *commodities*).

Estrutura de Limites

Os limites são estabelecidos pela área de riscos de mercado e pelos diretores das unidades de negócios. Os outorgantes decidiram estabelecer limites de VaR, Estresse, "*Stop-Loss*" e de sensibilidade (limites não estatísticos). Os limites são apresentados pelos signatários de limites apropriados e pré-estabelecidos e são, também, apresentados ao Comitê de Risco do Brasil ("BRC") e à Diretoria.

Seguem dados quantitativos:

VaR 95% do Conglomerado J.P.Morgan

Fator de risco	VaR	
	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Moeda estrangeira & taxa de juros	17.573	30.583
Renda variável	8.436	10.565
Efeito diversificação	(5.786)	(10.705)
Total	20.222	30.443

Relatório de risco de mercado - exposição

Fator de risco		VaR	
		Junho de 2021	Dezembro de 2020
BPV	Juros Pré	(429)	(441)
	Inflação	(75)	(332)
	USD	(306)	(46)
	USD - On	(149)	(186)
	Outros	(12)	(247)
FX Delta	USD	198.024	(183.271)
	JPY	(10.795)	(10.456)
	EUR	126.948	(87.556)
	GBP	(1.207)	(1.107)
	Outras	68.544	(2.745)
Ações	Delta	(14.213)	(259.676)

Resultado dos Testes de Stress

Cenário	Junho de 2021		Dezembro de 2020	
	Junho de 2021	Dezembro de 2020	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Bond SellOff	(33.862)	(83.067)	(33.862)	(83.067)
Cmty SellOff	(25.947)	(57.159)	(25.947)	(57.159)
Credit Crisis	29.227	13.181	29.227	13.181
Basis	(50.849)	4.096	(50.849)	4.096
EM Sell Off	6.980	(213.532)	6.980	(213.532)
Equity Collapse	(135.567)	77.070	(135.567)	77.070
EURO Zone	(36.761)	(908.564)	(36.761)	(908.564)
Gen. Recovery	32.928	104.880	32.928	104.880
Inflation	(211.564)	(264.987)	(211.564)	(264.987)
Oil Crisis	8.542	(72.147)	8.542	(72.147)
USD Crisis	(25.009)	(167.996)	(25.009)	(167.996)

Cenários: • *Bond Sell Off* é representado por uma crise deflagrada por uma mudança na política monetária nos EUA para contracionista ("*hawkish*"). • *Commodities Sell Off* é representado por uma crise decorrente de queda abrupta nos preços de *commodities*. • *Credit Crisis* é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu. • *Basis* é representado pela expectativa de que um ou mais *dealer* precise sair de suas posições mais líquidas e o mercado agindo preventivamente a esses fluxos unilaterais. • *Emerging Markets Sell Off* é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos. • *Equity Collapse* é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global. • *EURO Zone* é representado por uma crise deflagrada por fuga de capitais dos seguintes países da União Européia: Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália. • *General Recovery*: neste cenário os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos. • *Inflation*. Similar ao *Bond Sell Off*, no entanto a crise é deflagrada por alta inesperada da inflação nos EUA. • *Oil Crisis* é representado por um choque específico no mercado de petróleo, desencadeado por uma deterioração aguda da estabilidade geopolítica no Oriente Médio. • *USD Crisis* é representado por uma crise deflagrada por desvalorização significativa do dólar em relação às outras moedas do G10.

5. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Disponibilidades	60.240	36.185
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas	29.234.303	55.537.475
Posição bancada	26.919.220	50.514.901
Posição financiada	200.000	3.790.976
Posição vendida	2.115.083	1.231.598
Aplicações em moeda estrangeira	151.762	2.597.547
Total	29.446.305	58.171.207

6. Títulos e Valores Mobiliários - TVM

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado em Junho de 2021	Valor de mercado em Dezembro de 2020
Títulos para negociação	31.560.485	(20.596)	31.539.889	21.993.530
Carteira própria	14.819.885	14.137	14.834.022	12.347.227
LFT	31.429	(14)	31.415	13.987
LTN	12.194.804	(13.569)	12.181.235	9.204.492
NTN-B	1.197.573	(13.950)	1.183.623	428.448
NTN-F	741.408	(253)	741.155	2.481.374
Debêntures	203.318	(907)	202.411	-
Ações	451.353	42.830	494.183	218.926
Vinculados a compromissos de recompra	4.063.164	(7.225)	4.055.939	-
LTN	4.063.164	(7.225)	4.055.939	-
Vinculados à prestação de garantias	12.677.436	(27.508)	12.649.928	9.646.303
LFT	153.336	(521)	152.815	519.673
LTN	12.472.051	(28.657)	12.443.394	7.818.933
NTN-B	-	-	-	1.069.867
NTN-C	56	1.670	1.726	4.887
Cotas de fundos de investimentos	51.993	-	51.993	51.319
Ações	-	-	-	181.624
Títulos disponíveis para venda	2.161.212	(3.973)	2.157.239	1.545.068
Carteira própria	2.161.212	(3.973)	2.157.239	1.545.068
LTN	1.405.337	(223)	1.405.114	797.150
Debêntures	755.875	(3.750)	752.125	747.919
Total da carteira de TVM	33.721.697	(24.569)	33.697.128	23.538.598

(b) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	494.183	2.507.110	10.085.837	1.937.016	1.967.115	16.991.261
Vinculados a compromissos de recompra	-	-	4.055.939	-	-	4.055.939
Vinculados à prestação de garantias	51.993	55.004	12.150.945	328.188	63.798	12.649.928
Total da carteira - Junho de 2021	546.176	2.562.114	26.292.721	2.265.204	2.030.913	33.697.128
Total da carteira - Dezembro de 2020	451.869	8.081.101	3.786.291	8.812.450	2.406.887	23.538.598

7. **Instrumentos financeiros derivativos:** O Conglomerado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições.

As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal Junho de 2021	Valor nominal Dezembro de 2020
Operações de swaps	3.117.621	6.720.540	107.761.174	60.899.149
Taxa de juros	1.109.666	1.186.725	56.170.100	16.667.557
Moeda	426.524	1.216.971	7.690.888	8.997.118
Outros	1.604.172	4.308.345	43.900.186	35.234.474
Ajustes prudenciais ¹	(22.741)	8.499	-	-
Operações com opções	2.406.305	2.127.915	60.987.449	46.176.204
Compra de opção:	2.406.305	-	30.715.958	23.500.665
Compra de dólar	1.302.126	-	10.965.319	8.081.331
Compra de índice de ação	19.656	-	3.775.553	3.189.749
Compra de ação	542.225	-	4.443.040	2.314.035
Compra de <i>commodities</i>	53.638	-	352.750	185.795
Venda de dólar	432.039	-	7.091.957	3.835.917
Venda de índice de ação	25.931	-	2.614.072	4.925.504
Venda de ação	29.449	-	1.223.798	717.281
Venda de <i>commodities</i>	3.430	-	249.469	251.053
Ajustes prudenciais ¹	(2.189)	-	-	-
Venda de opção:	-	2.127.915	30.217.491	22.675.539
Compra de dólar	-	1.217.815	11.209.341	8.339.306
Compra de índice de ação	-	90.746	4.693.533	4.177.542
Compra de ação	-	76.414	1.881.756	2.549.982
Compra de <i>commodities</i>	-	53.638	352.750	185.795
Venda de dólar	-	431.960	7.024.379	3.758.684
Venda de índice de ação	-	14.826	1.967.514	2.723.910
Venda de ação	-	238.350	2.892.749	689.267
Venda de <i>commodities</i>	-	3.430	249.469	251.053
Ajustes prudenciais ¹	-	736	-	-
Operações com futuros	1.061.409	603.737	246.199.894	188.854.505
Posição comprada:	590.875	73.508	101.924.404	99.080.854
Cupom cambial - DDI	498.542	-	56.325.981	68.557.513
DI de 1 dia	3	22.792	21.351.436	8.689.011
Moedas	91.597	3.565	5.771.478	2.707.688
Cupom IPCA	85	22.352	12.912.220	9.934.035
Índice de ação	648	24.799	5.563.289	9.192.607
Posição vendida	470.534	530.229	144.275.490	89.773.651
Cupom cambial - DDI	144	517.447	50.175.687	49.724.290
DI de 1 dia	20.447	22	58.083.512	39.614.610
Moedas	449.548	12.527	35.930.884	212.627
Índice de ação	395	233	85.407	222.124
Operações a termo	3.387.874	3.560.404	3.389.945	98.118
Posição comprada - títulos	1.143.155	1.145.226	1.145.226	55.691
Posição vendida - títulos	1.288.856	1.287.211	1.288.856	42.427
Posição vendida - ações	955.863	1.127.967	955.863	-
Outros derivativos	1.868.831	1.704.781	57.297.504	47.356.901
Moedas	1.788.675	1.475.024	55.903.269	45.926.501
<i>Commodities</i>	79.560	79.122	927.125	1.151.400
Outros	1.804	149.308	467.110	279.000
Ajustes prudenciais ¹	(1.208)	1.277	-	-

¹ Ajustes prudenciais: referem-se a ajustes de CVA, precificação e/ou liquidez conforme descrito na Nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)).

Os valores a receber e a pagar de operações de *swap*, operações a termo, opções e outros derivativos estão registrados na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e de operações de futuros na rubrica de "Outros ativos/Outros passivos". Os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado Junho de 2021	Valor de mercado Dezembro de 2020
Ativo	9.390.892	1.389.739	10.780.631	5.616.959
Operações de <i>swap</i>	1.913.871	1.203.750		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Composição por segmento e prazo a decorrer das operações

	Junho de 2021			
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Pessoa jurídica				
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	1.609.227	47.111	564.925	2.221.263
Importação e exportação	289.296	431.717	825.718	1.546.731
Outros	90.925	-	-	90.925
Pessoa física – outros	-	165.885	119.847	285.732
Total	1.989.448	644.713	1.510.490	4.144.651

	Dezembro de 2020			
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Total
Pessoa jurídica				
Capital de giro, desconto de títulos e conta garantida	666.932	566.563	594.924	1.828.419
Importação e exportação	875.293	124.740	694.208	1.694.241
Outros	2.918	-	-	2.918
Pessoa física – outros	-	37.402	317.140	354.542
Total	1.545.143	728.705	1.606.272	3.880.120

(d) Composição por nível de risco

	Junho de 2021		Dezembro de 2020	
	Total da carteira	Provisão constituída	Total da carteira	Provisão constituída
Nível de risco				
AA	3.316.247	3.190	2.340.612	3.179
A	373.409	2.790	694.963	4.227
B	169.282	2.602	552.999	7.765
C	69.329	2.157	69.028	2.304
F	216.384	137.213	222.518	140.997
Total	4.144.651	147.952	3.880.120	158.472

(e) Evolução da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

	Saldo inicial	Constituição/(reversão) de provisão	Saldo final
Operações de crédito	158.472	(10.520)	147.952
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito	9.765	-	9.765
Total	168.237	(10.520)	157.717

	Saldo inicial	Constituição/(reversão) de provisão	Saldo final
Operações de crédito	8.669	149.803	158.472
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito	9.765	-	9.765
Total	18.434	149.803	168.237

Em 2021, foi constituída provisão referente a garantias financeiras prestadas no valor de R\$ 6.208 (dezembro de 2020 – reversão de R\$ 3.850). O saldo das provisões sobre garantias financeiras prestadas totaliza R\$ 6.462 (dezembro de 2020 – R\$ 254).

Não houve recuperação de créditos em 2021. Em 2020, houve recuperação de crédito no valor de R\$ 21.596.

9. Carteira de câmbio: No ativo, está representada, principalmente, por câmbio comprado a liquidar no valor de R\$ 7.331.329 (dezembro de 2020 – R\$ 2.020.273), direitos sobre vendas de câmbio no valor de R\$ 7.270.787 (dezembro de 2020 – R\$ 3.003.200) e foram deduzidos por adiantamentos recebidos em moeda nacional no valor de R\$ 32.160 (dezembro de 2020 – R\$ 4.801).

No passivo, está representada por câmbio vendido a liquidar no valor de R\$ 7.304.437 (dezembro de 2020 – R\$ 3.002.047) e obrigações por compra de câmbio no valor de R\$ 7.424.201 (dezembro de 2020 – R\$ 2.043.667) e foram deduzidos por adiantamentos sobre contratos de câmbio, sem rendas, no valor de R\$ 1.356.968 (dezembro de 2020 – R\$ 1.466.887).

10. Outros ativos e outros passivos

	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Ativos		
Negociação e intermediação de valores (1)	2.837.215	966.158
Depósitos judiciais – obrigações fiscais e previdenciárias	770.092	770.864
Depósitos judiciais – ações civis	21.580	21.580
Depósitos judiciais – ações trabalhistas	13.935	13.144
Devedores diversos exterior	356.664	452.632
Títulos e créditos a receber – sem característica de concessão de crédito	9.765	9.765
Outros	170.080	73.919
Total	4.179.331	2.308.062
Passivos		
Negociação e intermediação de valores (2)	9.886.694	9.805.878
Despesas com pessoal	415.152	501.555
Provisões para despesas administrativas	27.242	26.439
Cretores diversos - exterior	95.326	112.156
Ordens de pagamentos em moeda estrangeira	135.185	117.982
Outros	79.894	88.229
Total	10.639.494	10.652.239

(1) Referem-se, principalmente, a operações de bolsas a liquidar no valor de R\$ 1.549.571 (dezembro de 2020 – R\$ 877.230) e a operações com ativos financeiros e mercadorias no valor de R\$ 1.062.572 (dezembro de 2020 – R\$ 88.928). Em dezembro de 2020 referiam-se também a caixa de registro e liquidação no valor de R\$ 114.734.

(2) Referem-se, principalmente, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 4.097.234 (dezembro de 2020 – R\$ 1.716.018), operações com ativos financeiros a liquidar no valor de R\$ 605.769 (dezembro de 2020 – R\$ 362.251) e a credores por empréstimos de ações no valor de R\$ 4.983.925 (dezembro de 2020 – R\$ 7.384.254).

11. Imposto de renda e contribuição social

(a) Ativos e obrigações fiscais correntes

	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Ativo		
Impostos e contribuições a compensar/ recuperar	19.158	11.473
Total	19.158	11.473
Passivo		
Impostos e contribuições a recolher	43.920	42.824
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	157.231	294.609
Total	201.151	337.433

(b) **Ativos e obrigações fiscais diferidos** - A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Diferenças temporárias	740.290	774.720
Contingências	193.588	53.671
Provisão para devedores duvidosos	73.898	78.707
Provisão para honorários advocatícios	11.040	10.475
Provisão para participação nos lucros	51.103	116.327
Marcação a mercado – TVM e derivativos	325.810	424.751
Unidade de ações restritas – RSU	78.864	87.839
Outros	5.987	2.950
Prejuízos fiscais e base negativa	603	603
Créditos tributários – ativo	740.893	775.323
Obrigações fiscais diferidas – passivo	324.797	241.267

No semestre foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 175.715 (dezembro de 2020 – R\$ 437.310), tendo sido realizado R\$ 210.145 (dezembro de 2020 – R\$ 99.920). No ano de 2020 foi realizado crédito tributário sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL no valor de R\$ 38.394.

No semestre foi constituído passivo fiscal diferido, no valor de R\$ 139.418 (dezembro de 2020 – R\$ 115.997) e realizado o valor R\$ 55.888 (dezembro de 2020 – R\$ 6).

A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 740.893 (dezembro de 2020 – R\$ 775.323) é estimada conforme abaixo:

1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	10º ANO
9%	26%	8%	9%	16%	5%	5%	7%	6%	9%

Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN, os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

O Conglomerado considerou, prospectivamente, os critérios de compensação de ativos e passivos fiscais diferidos estabelecidos pela Resolução nº 4.842 do CMN, que entrou em vigor em janeiro de 2021.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 524.255 (dezembro de 2020 – R\$ 636.267).

O Conglomerado possui créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 1.419 (dezembro de 2020 – R\$ 1.419).

(c) **Resultado de IRPJ e CSLL** - A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3(g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	Junho de 2021	Junho de 2020
Resultado antes do IRPJ e CSLL – deduzido da participação nos lucros	848.669	147.404
Juros sobre capital próprio	(35.000)	-
Resultado ajustado	813.669	147.404
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes (1)	(359.480)	(58.411)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(26.438)	(30.913)
Efeito CSLL 5%	(5.829)	16.572
Outros	9.696	2.339
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(22.571)	(12.009)
Resultado de IRPJ e CSLL no período	(382.051)	(70.420)

(1) Considera alíquota de 20% para CSLL de entidades bancárias e 15% para entidades não bancárias.

12. Imobilizado: Está representado, principalmente, por edificações no valor de R\$ 28.976 (dezembro de 2020 – R\$ 28.978), terrenos no valor de R\$ 25.241 (dezembro de 2020 – R\$ 25.241), instalações, móveis e equipamentos de uso, no valor de R\$ 81.412 (dezembro de 2020 – R\$ 80.767) e sistema de processamentos de dados no valor de R\$ 38.048 (dezembro de 2020 – R\$ 42.550).

13. Ativos intangíveis - Outros ativos intangíveis são compostos por aquisição de Código Fonte no valor de R\$ 2.500 (dezembro de 2020 – R\$ 2.500).

14. Depósitos e captações

(a) Depósitos

	Até 3 meses		De 3 a 12 meses		De 1 a 3 anos		De 3 a 5 anos		Total	
	Junho de 2021	Dezembro de 2020	Junho de 2021	Dezembro de 2020	Junho de 2021	Dezembro de 2020	Junho de 2021	Dezembro de 2020	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Depósitos à vista	1.215.013	-	-	-	-	-	1.215.013	-	240.192	-
Depósitos em moedas estrangeiras	50	-	-	-	-	-	50	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	9.100	11.735	152.449	-	-	173.284	-	171.126	-
Depósitos a prazo	2.404.522	5.565.492	609.961	4.123.969	-	-	12.703.944	-	11.625.406	-
Total	3.619.585	5.574.592	621.696	4.276.418	14.092.291	12.036.724				

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses		De 3 a 12 meses		Acima de 1 ano		Total	
	Junho de 2021	Dezembro de 2020	Junho de 2021	Dezembro de 2020	Junho de 2021	Dezembro de 2020	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Operações compromissadas - carteira própria	4.050.679	-	-	-	4.050.679	-	-	-
Operações compromissadas - carteira de terceiros	200.000	-	-	-	200.000	-	3.790.975	-
Operações compromissadas - carteira livre movimentação	2.120.133	-	-	-	2.120.133	-	1.296.170	-
Captação COE	22.616	83.099	220.485	-	326.200	-	402.425	-
Total	6.393.428	83.099	220.485	6.697.012	5.489.570			

15. Obrigações por empréstimos no exterior: São representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior no montante de R\$ 29.674.493 (dezembro de 2020 – R\$ 48.011.214) com vencimentos em julho de 2021 (em dezembro de 2020, as operações possuíam vencimentos entre janeiro de 2021 e abril de 2021). As taxas de juros para as captações em dólar variam de 0,08% a 0,09% ao ano (dezembro de 2020 – 0,07% até 0,81% ao ano).

De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo às determinações do BACEN, em 30 de junho de 2021, o Conglomerado considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax. Por outro lado, na mesma data-base o Conglomerado possui operações com derivativos negociados na B3 realizados com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, devido à variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial líquido seria um aumento de R\$ 67.074 (dezembro de 2020 – aumento de R\$ 92.323).

16. Passivos contingentes e obrigações legais

As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, e as variações no período estão assim apresentadas:

I. Composição dos saldos patrimoniais

	Provisões	
	Junho de 2021	Dezembro de 2020
Fiscais e previdenciárias	500.402	497.709
Cíveis	75.212	73.699
Trabalhistas	36.345	36.987
Total	611.959	608.395

II. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e previdenciárias	Obrigações legais e outros passivos contingentes	
				Junho de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	73.699	36.987	497.709	608.395	599.499
Despesas financeiras – juros	1.513	1.148	2.946	5.607	10.571
Constituições	-	5.122	124	5.246	5.001
Reversões	-	(3.665)	-	(3.665)	(1.827)
Pagamentos	-	(3.247)	(377)	(3.624)	(4.849)
Saldo Final	75.212	36.345	500.402	611.959	608.395

III. Fiscais e previdenciárias – obrigações legais - O Conglomerado é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do imposto de renda; (ii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

IV. Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes - O Conglomerado também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais, aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) Imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 127.238 (dezembro de 2020 – R\$ 126.653); (ii) Contribuições previdenciárias no valor de R\$ 80.197 (dezembro de 2020 – R\$ 79.857); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutilização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R\$ 25.597 (dezembro de 2020 – R\$ 25.462); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 43.199 (dezembro de 2020 – R\$ 42.910); (v) Multas e honorários da procuradoria relacionados ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor total de R\$ 1.902 (dezembro de 2020 – R\$ 1.897) - por decisão da Instituição, foi constituída provisão para referidos débitos; e (vi) Outros casos que totalizam R\$ 56.057 (dezembro de 2020 – R\$ 55.790).

V. Ações trabalhistas - Referem-se a ações trabalhistas contra o Conglomerado, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 119.372 (dezembro de 2020 – R\$ 126.628).

VI. Ações civis - O Conglomerado é parte em processos judiciais e administrativos de natureza civil decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Conglomerado possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços.

As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais.

Os principais processos civis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionaram o valor creditado pelo Conglomerado por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos ("Acordo"), que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal ("STF") no início de 2018. Em maio de 2020, o STF homologou um termo aditivo ao Acordo prorrogando o prazo de adesão por até 60 meses adicionais.

Com relação ao Plano Real, o STF julgou em maio de 2019 a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 77, declarando constitucional o art. 38 da Lei que instituiu referido plano.

Quanto aos demais Planos Econômicos, estes ainda dependem de uma decisão final do STF que, em razão da grande relevância do tema, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no STF.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Conglomerado verificou que para os períodos apresentados não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

b) Remuneração da administração - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários do Conglomerado. A despesa no período com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	Junho de 2021	Junho de 2020
Salários e encargos.....	10.662	11.451
Participação nos lucros e gratificações.....	31.199	30.123
Encargos sobre gratificações.....	9.825	9.427
Planos de aposentadoria e pensão.....	393	450
Outros benefícios.....	647	855

19. Benefícios

(a) Fundo de pensão - O Conglomerado é patrocinador da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o período, o Conglomerado contribuiu com R\$ 8.824 (junho de 2020 – R\$ 9.067) para o Fundo.

(b) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis do Conglomerado participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito (*vesting period*), de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue das instituições desse Conglomerado por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado.

A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	Junho de 2021	Junho de 2020
	Quantidade de ações	Valor em Dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2021	210.957	24.290
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>).....	104.047	14.490
Ações entregues no período (<i>vested</i>).....	(89.933)	(9.772)
Transferência/saída de funcionários.....	(6.505)	(860)
Ações em circulação em 30/06/2021	218.566	28.148

	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021
	Quantidade de ações	Valor em Dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2020	293.749	29.355
Ações outorgadas durante o período (<i>granted</i>).....	95.673	13.121
Ações entregues no período (<i>vested</i>).....	(141.411)	(13.772)
Transferência/saída de funcionários.....	(37.054)	(4.414)
Ações em circulação em 31/12/2020	210.957	24.290

O valor do passivo em 30 de junho de 2021, incluindo encargos sociais, é de R\$ 227.063 (dezembro de 2020 – R\$ 203.450). Em virtude desse programa a despesa registrada no semestre é de R\$ 61.605 (junho de 2020 – R\$ 45.845), incluindo os encargos sociais.

A DIRETORIA NA DATA DO RELATORIO DO COMITÊ DE AUDITORIA		
Azarias de Castro Feitosa Junior	Flávia Rocha Lima de Almeida Prado	Pedro Carlos Ramos Ribeiro Junior
Daniel Costa Barreto	Jorge Constantino Bernardes dos Santos	Pedro Clark Juliano
Daniel Darahem de Souza Coelho	Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profilli	Renata Fracaroli Vilanova Lobo
Daniel de Moraes e Silva Granja	Luiz Fernando Tanus Gambale	Roberto Jorge Cozzari
Decio Ramos Porchat de Assis	Marcelo Silveira Barbosa	
Fabio Jorge Resegue	Patricia Sauma Giglio	

DIRETOR-PRESIDENTE Daniel Darahem de Souza Coelho
DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE Jorge Constantino Bernardes dos Santos
CONTADOR João Augusto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas

Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco J.P. Morgan S.A. ("JP Morgan Chase - Conglomerado Prudencial" ou "Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução no 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis" e Nota 3 - "Principais práticas contábeis".

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco J.P. Morgan S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução no 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis", que divulga que:

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução no 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis individuais para fins gerais

O Banco J.P. Morgan S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de agosto de 2021.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução no 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o

20. Outras informações

(a) O total de fundos e carteiras administrados monta a R\$ 2.712.189 (dezembro de 2020 – R\$ 16.776.564).

(b) Fianças, avais, coobrigações e outras garantias prestadas a clientes montam a R\$ 1.216.068 (dezembro de 2020 – R\$ 1.697.717). O montante referente à provisão sobre risco de crédito de garantias prestadas é de R\$ 6.462 (dezembro de 2020 – R\$ 254).

(c) "Receitas de prestação de serviços" referem-se, principalmente, a administração de fundos de R\$ 30.254 (junho de 2020 – R\$ 50.495), receita de comissão de colocação de títulos no mercado no valor de R\$ 177.430 (junho de 2020 – R\$ 31.245), rendas de corretagem sobre operações realizadas na B3 no valor de R\$ 177.406 (junho de 2020 – R\$ 154.264), rendas de serviços de assessoria técnica no valor de R\$ 88.397 (junho de 2020 – R\$ 2.269), rendas de serviços prestados no exterior no valor de R\$ 226.618 (junho de 2020 – R\$ 115.163) e serviços de custódia R\$ 31.458 (junho de 2020 – R\$ 29.638).

(d) "Outras despesas administrativas" referem-se as principais contas apresentadas no quadro abaixo:

	Junho de 2021	Junho de 2020
Despesas de serviços com o sistema financeiro.....	86.994	42.399
Despesas com serviços de terceiros.....	20.015	13.039
Despesas com viagens.....	194	5.835
Despesas com sistemas e tecnologias.....	5.321	7.934
Despesas com manutenção e conservação.....	3.559	3.290
Despesas de comunicação.....	8.872	8.937
Despesas com aluguel.....	8.552	6.397
Despesas de depreciação e amortização.....	9.738	8.315
Despesas diversas.....	27.039	36.418
Total	170.284	132.564

(e) "Outras despesas com provisões" referem-se a despesas com provisão para passivos contingentes e obrigações legais de naturezas fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, no valor de R\$ 7.188 (junho de 2020 – R\$ 6.913).

(f) Composição de "Outros resultados operacionais"

	Junho de 2021	Junho de 2020
Outros resultados operacionais	5.533	26.722
Reversão de provisões operacionais.....	465	862
Atualização de depósitos judiciais.....	4.492	7.418
Outras.....	576	18.442

(g) As "Participações no lucro" referem-se ao provisionamento das participações dos funcionários nos resultados do Conglomerado.

(h) Resultados não recorrentes

A definição dos saldos de resultados não recorrentes segue os critérios definidos pela Resolução nº 2 do BACEN, que são: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 2021, não foram reconhecidos resultados não recorrentes. No semestre findo em 30 de junho de 2020, o Banco registrou R\$ 21.596 de resultados não recorrentes, relacionados a recuperação de crédito.

(i) Conforme estabelecido na Resolução nº 3.263, o Conglomerado possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores.

Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução no 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2021.

 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Conglomerado"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto na data do presente relatório por quatro membros, todos eles Diretores do Banco.

Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 30 de Junho de 2021, destacam-se:

a. a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes;

b. a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Conglomerado e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local.

Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Conglomerado as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela administração do Conglomerado, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras,

o estabelecimento de políticas internas e seu monitoramento, o processo de autoavaliação de controles pelas diversas áreas do Conglomerado, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers.

No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada.

O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas.

Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 30 de junho 2021.

São Paulo, 24 de agosto de 2021.